

Os Açores como área de repressão política sob a forma de zona de deportação e como prisão política

Pós-doutoramento de Sérgio Rezendes intitulado “Revirvalho e pós revirvalho nos Açores: deportação e prisão na I República e Estado Novo (1913 – 1945)”.

O Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa aprovou a 4 de 2 de Setembro, a proposta de trabalho de pós-doutoramento de Sérgio Rezendes, intitulada “Revirvalho e pós revirvalho nos Açores: deportação e prisão na I República e Estado Novo (1913 – 1945)”. Nesta, o historiador propõe-se desenvolver uma nova linha de pesquisa que, mantendo-se na primeira metade do século XX, afasta-se da sua tradicional linha associada às guerras mundiais, abordando uma questão pertinente mas pouco conhecida do arquipélago: o seu uso.

Ao Correio dos Açores Sérgio Rezendes explicou que este é um projecto com cerca de 20 anos, tempo utilizado em prospecção, recolha de documentação e desenvolvimento de uma rede internacional de c, cuja prioridade foi remetida para pós-doutoramento por terem sido a I e II Guerra Mundial, as teses de mestrado e doutoramento. Apresentadas e publicadas até 2019, 2020 apresentou-se como ano de viragem para novos temas, em que o da oposição aos regimes totalitários em Portugal, e a forma como foram encarados nas ilhas, se tornou privilegiado.

Assim, o projecto será consolidado durante três anos, contando ainda com fontes a recolher nas ilhas, no continente e eventualmente no estrangeiro, não se limitando ao arquipélago açoriano por ser um fenómeno que funcionou em rede com o antigo império português, nomeadamente com territórios da Macaronésia e Timor. A análise do plano de trabalhos inevitavelmente contempla questões como a manutenção da Ordem Pública, remetendo para a análise dos estudos sobre a I e II Autonomia e a difícil gestão dos diferentes poderes, nomeadamente dos códigos administrativos e as suas fronteiras operacionais, perante as instituições centrais, autonómicas e militares.

Seguem-se os difíceis papéis da Marinha e do Exército na manutenção e guarda da Ordem Pública, complementados pela sua intervenção, em especial por motivos extraordinários, na instabilidade interna e transporte inter-ilhas. Posteriormente a deportação: motivos e organização; evolução e contexto (1913 e 1945); vivências, repressão e dicotomias entre vigiados e vigilantes, numa luta constante de controlo das autoridades locais mediante uma permanente tentativa de evasão dos opositores com “residência fixa” nas ilhas.

O sistema repressivo da República no império; a vigilância, controlo e deportação para outras paragens e as prisões políticas nos Açores são o mote para outro capítulo. Vivências e repressão; a organização de depósitos e campos por ilhas e a permanente luta por meios financeiros



Sérgio Rezendes e Jorge Bruno, Director do Museu de Angra do Heroísmo, instituição guardiã das Memórias de presos e deportados políticos nos Açores.

para os vigiar/guardar, são assuntos de particular interesse uma vez que resultavam numa tensa relação, num permanente teste à autoridade militar.

Por fim, colocando a investigação ao serviço da modernidade, Sérgio Rezendes apresentará uma proposta para um roteiro açoriano de deportação e outro de musealização do Forte de São João Baptista, naturalmente aliado ao Monte Brasil. Versará no primeiro caso as nove ilhas, um reflexo da riqueza do tema, servindo de base a um roteiro regional de Resistência e Liberdade com pólos de visitação em freguesias, vilas e cidades açorianas, a que se juntam trilhos pedestres, por exemplo, no Monte Brasil. Para além da descoberta e valorização destes legados da História das ilhas, procura-se aliar o Turismo de Natureza à Memória dos Deportados e Concentrados, naturalmente com maior destaque para a ilha Terceira. Em última instância, esta proposta visa integrar os Açores numa futura rede nacional de Resistência e Liberdade, com ramificações em organizações internacionais.

O arranque “oficial” desta nova linha de pesquisa foi precedido de, pelo menos, três trabalhos de colaboração, publicados ou a publicar nas revistas “Visão História” (2016); da Universidade Pedagógica de Moçambique e no CHAM – Centro de Humanidades, para além de dois seminários em que o primeiro, realizado no Museu de Angra do Heroísmo, se deveu à iniciativa do historiador açoriano (2016), membro da comissão organizadora do segundo, em Maputo (2019). Estes estudos preparatórios permitiram visualizar nas ilhas, a



Um exemplo dos milhares de deportados que passaram pelas ilhas: o Coronel Francisco Rego Chaves e família, na Horta, a poucas horas da sua deportação para Cabo Verde. Importante político da I República, a sua dupla deportação agora sem a família foi injusta por não estar implicado nas Revoltas da Madeira e Açores (1931).

evolução do conceito de residência fixa, com longa tradição no arquipélago e em diferentes registos, desde Reinaldo Gunghana. Conforme a época, chegou a ser aplicado a quase todo o arquipélago, im-

plicando uma estrutura/organização assente numa rede local de vigilância, militar e civil, e esporadicamente na criação de comandos ou diligências militares, em ilhas mais periféricas ou mesmo de “Depósito de Deportados Políticos” ou de “Revolto-sos”, em ilhas como Graciosa; Faial; Terceira ou São Miguel.

Com a queda da I República e o desenvolvimento da Ditadura Militar, nova reflexão se impõe sobre o processo de penalização que virá à luz do dia com a nova legislação de 1933, peremptória por exemplo, ao decretar que as penas de natureza política deverão ser cumpridas em recinto fortificado ou colónia penal, numa ilha das colónias exclusivamente destinada a tal fim, à escolha do Governo. O internamento de presos políticos em São João Baptista na ilha Terceira a partir de 1934 acaba por marcar o prenúncio de uma nova modalidade de repressão, superando a simples deportação ou obrigatoriedade de residência fixa, já ensaiado no Seminário – Liceu de São Nicolau, em Cabo Verde em 1931.

Mais além do que banimento, a imposição de isolamento em prisões especializadas para subalternidade do recluso, dirigidas sob severas instruções disciplinares constitui a coroa ou aperfeiçoamento de um mecanismo repressivo em que a prisão terrenceira, apelidada de “Prisão Maldita”, será suplantada pelo Tarrafal de Chão Bom, Cabo Verde. Apesar desta pertinente mudança e organização estatal, urge saber ou aprofundar, o conhecimento sobre outros depósitos ou prisões de natureza política nos Açores: 1913, 1925, 1928, 1931 e mais tarde, 1933-1945, este último organizado à semelhança do «[...] que se deu durante a Grande Guerra com a concentração dos Alemães [...]», internacionalmente conhecido como o Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira (1916-1919).

Dada a implementação da Ditadura Militar e a criação de uma Delegação Especial do Governo da República nos Açores e Madeira, com consequências na segunda fase da Autonomia em ambos os arquipélago, a década de 1930 inicia-se com a última das grandes revoltas contra o regime, cujo desfecho colocará as ilhas na ribalta nacional e já depois da II Guerra Mundial, internacional, ao ponto de Portugal integrar a NATO dado o interesse logístico do arquipélago para os Aliados. Entretanto, os prisioneiros políticos subsistiam, nomeadamente na ilha Terceira até 1945.

Nesta nova tarefa, Sérgio Rezendes será apoiado por um amigo e colega de longa data, um dos maiores especialistas na área e antigo Director do Museu do Aljube, o historiador Luís Farinha.

C.A.